

Acordo político contra a crise

por Cláudia Safatle
de Brasília

Negociar um acordo político em torno de um programa mínimo que evite a hiperinflação. Essa foi a recomendação final da reunião entre cinco ministros de Estado, na última quarta-feira, conduzida pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, e que contou com a participação dos ministros chefe do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes, da Justiça, Oscar Dias Corrêa, da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu.

A partir de um diagnóstico dramático da crise econômica e da convicção de que só não haverá hiperinflação no País se houver um acordo entre as principais forças políticas que atuam no Congresso Nacional, em torno de um programa que abarque desde uma maior austeridade fiscal a medidas que reduzam o ágio entre o câmbio oficial e o paralelo, foi recomendado aos ministros da área econômica que listem as mais diversas alternativas que possam servir como subsídio à montagem desse acordo, que deveria ser negociado pelo presidente da República.

Os ministros presentes mostraram plena consciência de que um acordo dessa natureza, que pode ser negociado até mesmo fundamentado num parlamentarismo de fato, embora não de direito, pode resultar em mudanças ministeriais. Mailson e Abreu chegaram mesmo a sugerir que eles viessem a ser substituídos, mas, da discussão com os demais ministros, ficou claro que uma eventual substituição agora serviria para realimentar as más expectativas, e até que uma nova equipe econômica se instalasse no governo a situação se deterioraria ainda mais.

Houve até sugestão para medidas heróicas, do tipo um novo "choque". Mas isso foi completamente afastado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento.

A partir dessas orientações, ficou postergada por mais alguns dias a adoção de medidas de reindexação plena da economia, como a criação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) fiscal (diário), do lançamento de BTN com cláusula cambial, de reintrodução do sistema de minidesvalorizações diárias

(Continua na página 6)

POLÍTICA ECONÔMICA

Acordo político...

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

da taxa de câmbio e reindexação do recolhimento de tributos ao BTN. Mesmo porque, consultado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) posicionou-se contra a indexação diária, por temer que a essa altura ela sirva somente para "botar mais lenha na fogueira", como reproduziu uma fonte oficial.

Cientes de que sozinhos não vão evitar o pior, os principais assessores dos ministros econômicos apressam a preparação de alternativas para agir em várias frentes e, com apoio político, reverter as expectativas. Mas têm mais dúvidas do que certezas.

Um dos problemas que estão preocupando a equipe econômica é o ágio do câmbio, que hoje se situa em 160% (a diferença entre o dólar no oficial e no mercado paralelo). Isso está provocando um subfaturamento superior a 20% nas exportações brasileiras e acelerando as remessas de lucros para o exterior. Mas uma política de minidesvalorizações diárias, por si só, não reduziria o ágio. Mesmo uma minidesvalorização, ou uma máxi, impensável pela sua pressão de custos, não resolveria a questão do ágio porque, na óptica dos técnicos oficiais, o que movimenta a diferença entre o câmbio oficial e

o mercado negro hoje não é uma defasagem cambial, mas a própria incerteza do que vai ocorrer amanhã.

Duas alternativas estão sendo avaliadas: lançar o BTN com cláusula de correção cambial para servir como "hedge" para as empresas multinacionais que estão remetendo lucros para o exterior e a criação de depósitos voluntários em moeda estrangeira no Banco Central, corrigidos pela taxa de câmbio mais Libor, como alternativa aos exportadores.

Outra hipótese em estudo é aproveitar experiências que já vigoram em outros países, a criação da técnica do valor aduaneiro, através da qual se estabeleceria um preço mínimo com base na cotação internacional para o exportador fechar seu contrato de venda daquele bem, coibindo, assim, a prática do subfaturamento. Se o produto, constante da lista do valor aduaneiro, fosse vendido acima do preço estabelecido, o lucro seria do exportador, mas abaixo ele não seria permitido.

O raio de manobra não é extenso e consta das alternativas da equipe econômica resgatar medidas consideradas praticamente perdidas, como a privatização de empresas estatais, cujas regras não foram aprovadas pelo Congresso, mas que no contexto de um acordo político pode ser retomada.